

Portanto, em nome da deputada Leci Brandão, quero saudar todas as mulheres da Assembleia Legislativa, as funcionárias, as deputadas, as faxineiras, as cozinheiras, enfim, a todas as mulhe­res que trabalham nesta Casa. E entrando um pouco no mérito da questão, deputado Fernando Capez, não vou entrar na briga onde os deputados João Paulo Rillo e Coronel Telhada expose­ram seus pontos de vista, mas quero dizer desta tribuna que nós acompanhamos pari passu o que aconteceu na sexta-feira pró­xima passada. E hoje é um dia de júbilo para este País. E para V. Exa. também. É um dia de júbilo porque foi condenado o homem mais rico do Brasil, Sr. Marcelo Odebrecht. Um homem de direita, o homem que financia a campanha do PT e do Aécio Neves, foi condenado a 20 anos de cadeia. Um ex-senador democrático, da direita, foi preso e vai ficar 31 anos encarcerado. Se cumprir o sexto, vai ficar cinco anos preso em Brasília.

Ninguém está acima da lei.

Eu sou plenamente favorável ao presidente Lula ter um sítio em Atibaia. Ele foi por oito anos presidente da república. Ele trabalhou, ele economizou. Ele tem um apartamento em Guarujá. Isso está plenamente de acordo com as suas posses. O que é que somos contra? O que o juiz Sérgio Moro entendeu estar contra? Que não pode o presidente como proprietário ou não proprietário daqueles imóveis, usar empresas envolvidas nos desvios da Petrobras para fazer serviços nessas proprieda­des. Deputado Teonílio Barba, V. Exa. que eu vi abraçando o pre­sidente Lula na sexta-feira, no saguão da casa dele, acho muito estranho um operário, um trabalhador ter um triplex com eleva­dor dentro da sua casa. Não pode a OAS construir um elevador num apartamento. É isso que indigna a população. O que fize­ram com o presidente Lula não está certo, porque só se pode levar de forma coercitiva, sob vara, quando a pessoa se nega a ir. Mas Coronel Telhada, da oposição, o pêndulo da Justiça ficar certo, ele foi convocado três vezes. Uma vez ele foi convocado pelo promotor de Guarujá, que não tinha competência e nem havia necessidade. Ele foi Conselho Nacional do Ministério Público e ganhou uma liminar, não compareceu no fórum da Barra Funda. No dia seguinte, o seu advogado entrou no STF, distribuído para a Ministra Rosa Weber, pedindo para que terminasse as investi­gações contra ele. A Ministra negou. Deputado João Paulo Rillo, na quinta-feira o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi ao Tribunal de Justiça de São Paulo e o Desembargador professor Neudo concedeu-lhe um habeas corpus, onde ele não precisaria depor. Onde é que está o “x” da questão? Ele dolosamente, ino­centemente, culposamente disse que não podia ser ouvido pelo Ministério Público Estadual, e o Ministério Público Federal, que todos nós conhecemos...

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está suspen­sa a sessão por problemas técnicos.

- Suspensa às 17 horas e 14 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 15 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Capez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Restituo a palavra ao nobre deputado Abelardo Camarinha.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sr. Presidente, o presidente Lula foi ao Tribunal de Justiça de São Paulo e ganhou um Habeas Corpus. Pergunto ao líder do PT, que estava ao lado do presidente Lula, qual foi o tratamento da Polícia Federal em relação a ele? Foi, pelas palavras do presidente, “o mais cortês possível”. E ele ainda perguntou “cadê o japonês?”.

O que não pode acontecer, na minha opinião, e eu não sou dono da verdade, é que a Polícia Federal, no aeroporto de Congonhas, perguntou ao presidente Lula como ele gostaria de voltar para casa, escoltado ou em uma viatura da Polícia Federal. Sr. Presidente, Coronel Telhada, líder Cauê Macris, sabem como o presidente Lula voltou para casa dele? Em uma BMW X5! Isso é o que deixa todo mundo indignado. Nós não somos contra ele ter um apartamento em Guarujá, ele merece, mas ter um eleva­dor construído pela OAS causa espanto, ter uma torre da Oi perto do sítio em que o filho dele tem negócios causa espanto.

Para encerrar, Sr. Presidente, ninguém neste País está acima da lei. Vossa Excelência é procurador, tem uma biografia intocá­vel, está sendo objeto de investigação e não se negou a depor em todas as vezes em que foi convocado. O presidente Lula, na primeira em vez em que foi convocado, tinha que ter ido depor.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, peço a pala­vra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Jorge Caruso pelo Art. 82, pela liderança do PMDB.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - PELO ART. 82 - Sr. Presiden­te, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de me ater à pauta que foi objeto de discussão no Colégio de Líderes esta tarde.

Há uma preocupação da bancada do PMDB, porque teve início uma discussão com relação ao projeto do Fundo das Estâncias Turísticas, muito bem encaminhada pelo líder do Governo, deputado Cauê Macris. Embora nós, do PMDB, enten­damos o posicionamento do deputado Cauê Macris, há uma preocupação em relação a esse projeto, que foi muito bem apreciado hoje pelo deputado José Zico Prado.

Havia poucos deputados na ocasião, e já houve uma discus­são muito grande sobre quais municípios eventualmente serão contemplados por esse fundo. Imaginem quando os 645 municípios vierem de fato pressionar. Esse projeto ainda não está maduro, e por isso pedimos que os líderes desta Casa não insistam em discuti-lo por enquanto.

Salvo engano, Sr. Presidente, teremos também um pro­blema técnico, pois, se houver o encerramento da discussão, a pauta ficará travada e não poderemos discutir coisa alguma, o que seria um grande problema. Desse modo, o PMDB faz um apelo ao líder do Governo para que esse projeto não seja mais discutido enquanto não houver esse entendimento.

Ademais, temos também outras questões que basicamente se resumem ao seguinte: há a discussão de muitos projetos importantes de deputados nesta Casa. São deputados que, inclusive, não tiveram projetos votados no ano anterior.

Ao mesmo tempo, há um consenso, com exceção do líder do PSDB e do líder do Governo, sobre o orçamento impositivo, que é um projeto bom para todo o estado de São Paulo, para todos os parlamentares, para todas as bancadas e para todos os municípios. Esse projeto curiosamente não avança.

Sr. Presidente, em nome de muitos líderes, venho fazer um apelo ao senhor para que, em todas as sessões extraordinárias, sem exceções, V. Exa. paute exclusivamente projetos dos Srs. Deputados, que são muito importantes para a cidade de São Paulo, e comece efetivamente a debater o projeto do orçamento impositivo.

Acho meio absurdo usarmos o tempo da sessão extraordi­nária para discutir um projeto de fundo de estância turística, o que irá gerar uma guerra muito grande entre os municípios, se não houver uma regra clara. Da mesma forma, seria absurdo usar a sessão extraordinária para, por exemplo, discutirmos a criação de cargos para o Detran em um momento no qual ape­lamos para uma compreensão com os funcionários da Defensoria que precisam de um reajuste salarial.

Há muita coisa boa a ser discutida ao invés desse projeto que está sendo eventualmente pautado pelo governo. Vossa Excelência é inteligente e competente. Peço que V. Exa. acolha esse pedido de vários líderes desta Casa.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, estou plenamente de acordo com o deputado Jorge Caruso em relação a não se pautar, na sessão extraordinária, o projeto do Detran. Estamos plenamente de acordo em relação a essa discussão.

Contudo, não podemos estar de acordo com a discussão do fundo dos interesses turísticos. Há 140 municípios que são interessados e que poderão receber recursos por parte de ver­bas carimbadas do Orçamento do Estado para essa finalidade. Discordo do deputado Jorge Caruso; as regras são muito claras em relação a isso. São regras que esta Assembleia já aprovou, inclusive, com o voto de Vossa Excelência. Já aprovamos a consolidação da Constituição Estadual em relação à criação do fundo de interesses turísticos.

Estamos aqui para criar o fundo. Isso fica muito claro. Podemos avançar em todas as discussões que são necessárias. A liderança do Governo e o Governo sempre deixaram isso muito claro, mas nós podemos penalizar as discussões que são importantes para o Estado.

De maneira diferente do deputado Jorge Caruso, gostaria de fazer esse apelo, pedindo a V. Exa., caso não consigamos encerrar a discussão na sessão ordinária, uma sessão extraor­dinária.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICA­ÇÃO - Sr. Presidente, no final do meu pronunciamento, eu iria dizer que o presidente Fernando Henrique deixou a Presidência e adquiriu um apartamento em Paris. Quem sucedeu o Fernando Henrique não foi atrás disso. Ele prevaricou.

Se o Fernando Henrique tem um apartamento em Paris, em uma das maiores avenidas, o presidente Lula, assim que assu­miu, deveria ter acionado a Receita Federal para saber de onde veio o dinheiro dele e do seu genro. Não deveria ter deixado no campo das hipóteses.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PRB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Sebas­tião Santos pelo Art. 82, pela liderança do PRB.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - PELO ART. 82 - Sr. Presi­dente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Quem é a mulher?

A mulher é a gestora, mãe, amiga, filha e esposa. Nós, homens, somos dependentes delas. Eu mesmo dependo da minha esposa há 31 anos. Convivemos juntos, e é um prazer ter essa mulher tão querida, que é a minha esposa Eliana Luciano dos Santos.

Quero agradecer a presença de uma mulher notável no estado de São Paulo, que tem sido uma liderança por todos os municípios por onde vai, que é a presidenta estadual do PRB, da militância mulher, a Tabhata Yamauchi.

Eu quero lhe agradecer, porque você tem mostrado a força da mulher, da mulher empresária, a mulher amiga, a mulher companheira, a mulher que faz diferença muitas vezes ao levantar um homem. Parabéns por ter você na frente da militân­cia do PRB mulher aqui no estado de São Paulo.

Este Estado é notável. É a locomotiva do nosso País. Mas sabemos que, se não fossem por pessoas iguais a você, pessoas ponderadas, mas que são também de uma atitude tremenda para fazer política, o nosso estado de São Paulo, com certeza, estaria atrás.

Sua militância no estado de São Paulo hoje lhe aplaude, por todos esses anos em que você vem à frente e vem dizendo “eu estou pronta”. Não importa se é aqui no centro de São Paulo ou no município de Borá, o menor do estado de São Paulo, você está pronta para cada uma das mulheres que necessita da sua orientação e você, de manhã, tarde ou noite, tem uma orientação para dar a essas mulheres. Obrigado pela sua presença.

Esta Casa tem alguns debates a serem feitos, Sr. Presidente.

Acho que hoje é um dia em que nós temos que rever qual é a pauta desta Casa. Temos projetos de deputados, temos vetos, temos várias discussões a serem feitas e acredito que, real­mente, a condução dos trabalhos de V. Exa. vai nos levar a um debate favorável, que vem em prol do crescimento do estado de São Paulo, em prol de uma agenda positiva.

Esta Casa sempre tem se posicionado dessa forma, bus­cando o melhor para o Legislativo do estado de São Paulo. Com certeza a crise que se estabeleceu poderá ter seus rumos muda­dos pela política. Estamos aguardando V. Exa. nos dizer o que estaremos discutindo. Sabemos que não há consenso em relação a alguns projetos. Nós do PRB temos um posicionamento, e gostaríamos que V. Exa. pudesse ponderar nosso pensamento, que é o pensamento de muitas bancadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a Mesa requerimento de inversão da Ordem do Dia, nos seguintes termos: que o item nº 144 figure como primeiro, renumerando-se os demais itens.

Em votação.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para enca­minhar a votação pelo PTB, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Fernando Capez, por quem tenho profunda estima, grande respeito e imensa amizade. Tenho por V. Exa. um respeito por sua história de vida. Sempre digo que só muda a história quem tem história, e V. Exa. tem história.

Filho de uma família humilde, junto com seu irmão, Rodri­go, um grande magistrado, V. Exa. foi o primeiro colocado no concurso do Ministério Público. Quinta-feira, no Anhembi, ouvi um grande advogado, de cabelos grisalhos, da cor da lu, prestar uma justa homenagem à sua história e à sua honradez.

Tenho profundas divergências, deputado Marcos Martins, do Partido dos Trabalhadores. Vinte anos que estou aqui, e nes­ses 20 anos temos divergências políticas. Mas deputado Jorge Caruso, somos advogados, esgrimistas do Direito, e sempre acreditei que silenciar - ou, antes deveria protestar - transforma os homens em covardes. Não vou entrar no mérito sobre o pre­sidente Lula, se fez ou não fez nada. Mas uma coisa tem de ser dita, deputado José Zico Prado. Não existia nenhuma razão jurídica para conduzir o presidente Lula de maneira coercitiva. Não tinha. Vão me criticar, “Campos Machado, você não é contra?” Eu não tenho inimigos na política, tenho adversários.

Como dizia Montesquieu, uma injustiça praticada contra uma pessoa é contra todos. Ele não havia sido intimado pela Polícia Federal. Se ele tivesse sido intimado e houvesse recusa­do, aí sim teria justificativa para condição coercitiva. Seis horas da manhã, numa ação pirotécnica, como se diz, foram à casa do ex-presidente. E sem ter intimação anterior, deputado José Zico Prado. Ele foi conduzido, não foi porque quis. Foi conduzido - verbo transitivo passado - a Congonhas para ser ouvido. Ele não tinha sido intimado.

O que aconteceu com ele pode acontecer com qualquer um de nós. Essa é a questão. O que aconteceu com o ex-presidente Lula pode acontecer a qualquer deputado, a qualquer um de nós que, sem ser intimado, ser levado coercitivamente - é uma palavra bonita demais, mas é ser levado à força - para ser ouvi­do. Pode ser minha filha, minha mãe, meu pai. Qualquer pessoa, sem ter sido intimada anteriormente, não pode ser levada para ser ouvida de maneira nenhuma, e nas condições que foi. E quem está falando não é um petista, não é um aliado do PT, mas adversário do PT de 20 anos.

Temos de fazer justiça. Quando as pessoas não mostram a sua posição se acovardam, e política é lugar para gente de coragem. Não há nenhuma razão lógica, racional e injusta. E isso está nos levando, deputado Camarinha, para a pior das ditaduras, que é do Judiciário. Recentemente, uma decisão do Supremo Tribunal Federal reduziu a pó a Carta Magna, jogou no lixo a Constituição Federal acabando com o direito de defesa.

Como é que você pode impedir que uma pessoa acusada tenha direito a ter o seu caso transitado em julgado, ir às últimas nos tribunais, às últimas fontes para defender a sua liberdade? Como bem lembrou o deputado Camarinha, é uma cláusula pétrea que não pode ser modificada, a não ser pela Constituição Federal. Não é justo! É um sinal amarelo de afronta.

Nós estamos sendo desrespeitados. Prisão preventiva agora é brincadeira de esconde-esconde, prisão temporária. E a dela­ção premiada deveria ser para réu solto. O réu solto, deputado Jorge Caruso, vai lá e ele pede delação premiada. Depois que ele está preso - fica 60 dias lá -, será que a delação dele tem validade? Tem pressão psicológica?

- Assume a Presidência a Sra. Maria Lúcia Amary.

Estamos correndo um seriíssimo risco e ninguém está atento a isso. Na mão de um juiz, às vezes, nós vamos depoi­sitar todo o nosso patrimônio, toda a nossa liberdade, e aí diz alguém: “Mas, Campos Machado, é perigoso falar isso!” Digo eu, o dia em que eu tiver medo é hora de apresentar a minha renúncia de deputado nesta Casa. O protocolo está ali, é chegar e protocolar. Ninguém está percebendo o que o Supremo Tribu­nal Federal decidiu, por sete votos a quatro, um retrocesso, uma volta ao passado, uma ameaça a quem precisa ser defendido em todas as instâncias.

Há quase 500 mil processos criminais, sendo que apenas cinco ou seis por cento se referem a pessoas de posse. E os 95%, os quatrocentos e poucos mil? Alguns dizem: “Ah, mas temos apenas um STJ.” E a culpa é do contribuinte? A culpa é do cidadão? A culpa é do humilde, do carente, do pobre? Se o Estado não investe, que culpa tem o cidadão? Essa é a questão. Estamos caminhando para um precipício onde não há nem placa indicando perigo. Já imaginou as pessoas não terem direito a ter a sua defesa analisada até as últimas instâncias?

Dizem alguns que isso vai tornar a Justiça lenta. Que culpa temos nós se faltam dois mil juízes em São Paulo? Que culpa temos nós se faltam escreventes? Que culpa temos nós se os fóruns não são terminados? Que culpa temos nós se só existe um STJ? Que culpa temos nós? Ninguém está percebendo a gravidade do momento.

Estou requerendo ao presidente da OAB/SP, Marcos da Costa, para ser designado um dia para a realização de um ato conjunto entre a Assembleia Legislativa e a OAB contra essa decisão afrontosa do STF.

Aproveito a oportunidade para pedir algo ao líder do Governo. Nobre deputado Cauê Macris, faça-lhe um apelo: não prejudique o sonho desta Casa, que é o orçamento impositivo. É preciso que votemos o orçamento impositivo. Isso é dignidade para os deputados. É o maior projeto da história desta Casa, é a dignidade e a liberdade dos deputados. Não podemos, em hipótese alguma, nos submetermos à vontade de meia dúzia de pessoas. Temos que ter o orçamento impositivo. É a dignidade dos deputados, a dignidade do Parlamento.

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Capez.

Deputado Cauê Macris, faça-lhe publicamente um apelo: nos ajude. Sr. Presidente, vamos colocar em pauta. Os depu­ta­dos que quiserem votar favoravelmente, que votem pelo orça­mento impositivo. Quem for contra, que vote contrariamente. Não podemos permitir que a Comissão de Justiça, de maneira anacrônica, estúpida, injusta e agressiva, destrua ali a PEC.

Quero alertar todas as lideranças de que corremos o risco de a PEC que apresentamos, do orçamento impositivo, ser tri­turada e esmagada na Comissão de Justiça. Esse é o apelo que faço aos senhores deputados. De um lado está a nossa dignida­de; do outro, andar de rastro feito cobra.

Faço um apelo. O orçamento impositivo é uma questão de dignidade, de honradez e de consciência. Aqueles que tiverem medo, por favor, saiam do plenário no dia da votação. Não fiquem. Os covardes não devem ficar aqui no dia da votação. Saiam pelos quatro cantos do plenário, não fiquem aqui. Vai ser votada a dignidade da Casa. Estou pedindo, aqueles que forem contrários não fiquem em plenário. Saiam, se escondam, se omitam, mas não votem contra a história da Casa.

É esse o apelo que faço a V. Exa. na tarde de hoje, nobre deputado Fernando Capez. Como bem disse o deputado Abelar­do Camarinha, citando Geraldo Vandré: quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em vota­ção. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permanecem como se encontram. (Pausa.) Aprovada a inversão.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, regimental­mente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verifi­cação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrô­nico.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presi­dência tem a grata satisfação de anunciar a presença do vereador Maurício Haka, da Câmara Municipal de Jacareí, vereador mais votado daquela cidade. A S. Exa. as homenagens do Poder Legislativo. (Palmas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - Gostaria de apresentar o prefeito de Avaré, Poio Novaes, que está presente na Casa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Dr. Poio Novaes, grande prefeito de Avaré e amigo de todos nós.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PT.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PSD.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PSD.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PRB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PRB.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PPS.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PPS.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PP.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PP.

O SR. MARCOS DAMASIO - PR - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PR está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presi­dência registra a manifestação de obstrução da bancada do PR.

O SR. IGOR SOARES - PTN - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PTN está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presi­dência registra a manifestação de obstrução da bancada do PTN.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSC está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presi­dência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSC. O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presi­dência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. MARCOS NEVES - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presi­dência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV. O SR. PAULO CORREA JR - PEN - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PEN está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PEN.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presi­dência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSL.

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de vota­ção 24 Srs. Deputados: 22 votaram pela inversão e este debate no Presidência, quórum insuficiente para inverter a ordem.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Eu só queria fazer uma ressalva. Há um pleito da deputada Analice Fernandes a respeito da criação do Conselho de Ética. É um pleito dela para que possa convocar uma reunião do Conselho de Ética para que seja eleito o presidente.

Não tendo quorum, eu gostaria de fazer o pedido de levanta­mento da sessão. Se possível, que nós possamos convocar, para encerrar a discussão desse projeto, conforme nós acordamos na semana passada. Na semana passada, nós não deixamos encer­rar a discussão por conta de um respeito a todos os líderes desta Casa. Não tinham deputados e nem oradores e eu topei fazer um acordo. Cumprindo o acordo que nós tínhamos pré-determinado com a maioria dos líderes presentes naquele momento, que a gente possa continuar a discussão na sessão extraordinária.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, em con­sonância com as lideranças presentes em plenário requeira o levantamento da sessão para que não tenhamos na sessão extraordinária os incidentes que tivemos no dia de hoje e quero apresentar minha solidariedade à deputada Analice Fernandes, vítima que foi de ataque odioso e discriminatório sofrido em sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo acordo entre as lideranças a Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordi­nária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia. Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.

9 DE MARÇO DE 2016 24ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ANALICE FERNANDES, ROBERTO MASSAFERA, JOOJI HATO e CEZINHA DE MADUREIRA
Secretário: MILTON VIEIRA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a presença e deseja boas-vindas a integrantes do Gacop - Grupo de Apoio da Coordenação Política do deputado Milton Vieira. Informa que a Mesa procederá à correção da redação final da Moção 148/15, de autoria do deputado Gil Lancaster, que dirige apelo à Presidência da República no sentido de apresentar projeto sobre destinação de recursos para o Fundo Nacional de Saúde, aprovada pela Comissão de Saúde em 16 de fevereiro último.

2 - LECI BRANDÃO

Menciona que participou, ontem, de eventos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Faz reflexão acerca de desentendimento ocorrido entre os deputados João Paulo Rillo e Coronel Telhada, durante a sessão ordinária de ontem. Defende o respeito entre seus pares.

3 - CORONEL TELHADA

Considera coerente a postura da deputada Leci Brandão. Repudia as colocações ofensivas do deputado João Paulo Rillo à sua pessoa. Reitera suas críticas ao governo federal, frente a denúncias de envolvimento em esquemas de corrupção de alguns de seus integrantes. Considera-se respeitoso com seus pares, independentemente das diferenças partidárias e ideológicas. Mostra matéria jornalística sobre invasão de afiliada da Rede Globo em Goiânia por grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

4 - CARLOS GIANNAZI

Comenta anúncio da Secretaria Estadual de Educação de não pagamento de bônus para os servidores do Magistério. Discorre sobre o fechamento de salas de aula e consequente demissão de funcionários. Denuncia a falta de refeições e a distribuição de “merenda seca” a alunos de escolas estaduais na Grande São Paulo. Exibe vídeo sobre o assunto. Enfatiza a necessidade da criação de CPI para investigação da “máfia da merenda” escolar. Crítica a redução de verbas para compra de material e equipamentos pedagógicos.

5 - JOOJI HATO

Parabeniza as mulheres pela comemoração, ontem, do Dia Internacional da Mulher. Cita a lei de pisos drenantes, de sua autoria, como medida a minimizar os problemas de inundações na Grande São Paulo. Menciona a lei das árvores frutíferas e sua relação ecológica no controle de cupins, um dos responsáveis pela queda de árvores na cidade de São Paulo. Destaca a necessidade de celeridade no cumprimento da lei das câmeras de segurança, como forma de prevenir casos de violência.

6 - ROBERTO MASSAFERA

Assume a Presidência.

7 - JOOJI HATO

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE ROBERTO MASSAFERA

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h03min.